

# **Avanços E Desafios Em Relação À Política Nacional De Atenção Integral À Saúde Da Mulher (PNAISM) No Brasil**

**Vanessa Costa Neves De Souza**  
*Universidade De Vassouras*

**Jessyca Leite Guimarães Campos Genu**  
*Faculdade De Medicina Do Sertão - São Leopoldo Mandic*

**Ianne Monique Santos De Souza**  
*UNINASSAU*

**Elvis Vinicius Silva Lira**  
*Faculdade De Medicina Do Sertão - São Leopoldo Mandic*

**Heloise Carrer De Lima**  
*UNISMG*

**Júlia Belloni Rocha Daguer**  
*Faculdade Ciências Médicas De Minas Gerais*

**Alícia Moraes Da Silva**  
*UNAMA*

**Taiane Coelho Rocha**  
*UNIFAMAZ*

**Yarah Marla Saraiva Rolim**  
*UNDB*

**Valber Santos Brito**  
*UNIVASF*

---

## **Resumo:**

*Esta pesquisa teve como objetivo analisar os avanços, desafios e perspectivas da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM), a partir da percepção de 18 profissionais da saúde envolvidos no atendimento a mulheres. Utilizou-se uma abordagem descritiva, com coleta de dados por meio de entrevistas semi-estruturadas, que permitiram identificar as principais dificuldades e conquistas na implementação da política. Os resultados indicaram que, apesar de avanços significativos, como a promoção do parto humanizado, o aumento no acesso a métodos contraceptivos e a inclusão da violência de gênero como uma questão de saúde pública, a PNAISM ainda enfrenta desafios, como a fragmentação do sistema de saúde, a desigualdade no acesso aos serviços, a falta de capacitação adequada dos profissionais e a escassez de recursos. A pesquisa conclui que a política, embora tenha sido um importante passo para garantir uma saúde integral às mulheres, ainda necessita de melhorias na articulação entre os serviços, maior investimento em capacitação profissional e no fortalecimento da rede de apoio à violência, além de um maior empoderamento das mulheres para garantir seu direito à saúde e autonomia.*

**Palavras-chave:** *PNAISM; Saúde; Mulher.*

Date of Submission: 08-05-2025

Date of Acceptance: 18-05-2025

## **I. Introdução**

A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM) foi criada no Brasil em 2004, com o objetivo de garantir que as mulheres, em todas as fases de suas vidas, tenham acesso a cuidados de saúde de qualidade e adequados às suas necessidades específicas. Esse marco legal surgiu em um contexto em que se tornava cada vez mais evidente a necessidade de se reconhecer as particularidades do universo feminino dentro do sistema de saúde, que muitas vezes tratava as mulheres de forma generalista, sem levar em consideração suas questões biológicas, sociais e culturais. Com a PNAISM, o Brasil buscou criar uma abordagem mais inclusiva, que se conectasse diretamente com as demandas das mulheres em termos de saúde física, mental e emocional (Araújo et al., 2020).

A criação da PNAISM representou um avanço significativo, pois permitiu a implementação de uma abordagem intersetorial e integral, que reconhece a saúde da mulher como uma construção social que vai além da prevenção de doenças e do tratamento de condições específicas do sexo feminino. A política busca integrar ações em diversas áreas, como a promoção da saúde, a prevenção de agravos, a assistência ao parto e ao pós-parto, o acesso a métodos contraceptivos, o cuidado com a saúde sexual e reprodutiva, além de combater a violência de gênero e garantir o acesso a serviços de saúde para mulheres em situações de vulnerabilidade social (Guarnaschelli, 2023).

No entanto, apesar dos avanços promovidos pela PNAISM, os desafios permanecem. A implementação da política de forma eficaz nos diversos territórios do país se esbarra em questões estruturais, como a falta de recursos, a desigualdade no acesso aos serviços de saúde, especialmente em regiões mais afastadas, e a escassez de profissionais capacitados para lidar com as especificidades do cuidado à saúde da mulher. A realidade de muitas mulheres, especialmente aquelas que vivem em áreas periféricas ou em situação de vulnerabilidade social, ainda é marcada pela falta de acesso a cuidados adequados e pelo preconceito no atendimento, o que compromete a efetividade da política (Ferreira et al., 2020).

Além disso, a resistência de alguns profissionais de saúde, que ainda tratam a saúde da mulher de forma paternalista ou reducionista, é um dos obstáculos para a consolidação da PNAISM. Esse tipo de abordagem desconsidera as mulheres como protagonistas de suas próprias histórias e escolhas, e impede que a política de saúde da mulher seja verdadeiramente eficaz. A saúde da mulher precisa ser entendida em sua totalidade, levando em consideração as suas necessidades e a forma como as questões de gênero impactam diretamente em sua saúde física e mental (Jorge et al., 2015).

Outro ponto importante diz respeito à interação entre os diferentes níveis de governo e os sistemas de saúde, que muitas vezes carecem de articulação entre si. A coordenação e a continuidade dos cuidados são essenciais para garantir a efetividade da PNAISM, mas a falta de integração entre as esferas municipal, estadual e federal compromete a universalidade e a integralidade do atendimento. A fragmentação do sistema de saúde resulta em lacunas que afetam a qualidade do cuidado e o acesso a serviços essenciais para as mulheres, como o acompanhamento durante a gestação, o parto e o puerpério, além do suporte à saúde mental e ao tratamento de doenças específicas. A questão da violência contra a mulher também é uma das áreas que precisa de maior atenção dentro da PNAISM (Reigada; Smiderle, 2021).

A violência de gênero, que abrange desde agressões físicas até abusos psicológicos e sexuais, afeta milhares de mulheres no Brasil e tem consequências diretas sobre sua saúde física e mental. Embora a política tenha avançado ao incorporar a violência como uma questão de saúde pública, a implementação de ações efetivas no combate à violência ainda é insuficiente em muitos locais, exigindo mais investimentos em capacitação de profissionais, integração dos serviços de saúde com as redes de apoio social e criação de espaços seguros para as vítimas (Santos; Corrêa, 2022; Vasconcelos; Felix, 2017).

Diante deste cenário, o objetivo da pesquisa é analisar os avanços, desafios e perspectivas da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, avaliando a efetividade de sua implementação no Brasil, identificando as principais dificuldades enfrentadas pelas mulheres no acesso e na qualidade dos serviços de saúde e sugerindo possíveis caminhos para melhorar a abordagem de saúde da mulher no país. A pesquisa visa contribuir para o aprimoramento da PNAISM, proporcionando subsídios para políticas públicas mais eficazes e equitativas, que garantam o direito à saúde das mulheres em sua integralidade.

## **II. Materiais E Métodos**

A pesquisa foi realizada com o objetivo de analisar a implementação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM), considerando os avanços, desafios e perspectivas a partir da experiência de profissionais da saúde. Para isso, adotou-se uma abordagem descritiva, buscando entender as percepções e experiências de profissionais envolvidos diretamente no atendimento à saúde da mulher, por meio de coleta de dados qualitativos e quantitativos. A amostra da pesquisa foi composta por 18 profissionais da saúde, selecionados com base em sua experiência e atuação em serviços de saúde voltados para o atendimento às mulheres. Esses profissionais eram oriundos de diferentes áreas, incluindo médicos, enfermeiros, psicólogos e assistentes sociais, que atuam em unidades de saúde da atenção primária e secundária. A seleção da amostra foi

feita de forma intencional, considerando profissionais que pudessem fornecer informações relevantes e diversificadas sobre o tema, além de refletirem diferentes realidades de atuação dentro do Sistema Único de Saúde (SUS). O instrumento de pesquisa utilizado foi um questionário semi-estruturado, composto por questões abertas e fechadas, que permitiu aos participantes expressar suas opiniões e vivências de maneira detalhada. O questionário abordou aspectos relacionados à implementação da PNAISM, como os avanços observados, as dificuldades encontradas no atendimento às mulheres, a percepção sobre a capacitação profissional, a articulação entre os serviços de saúde e a interação com as políticas públicas de gênero. As questões também buscaram identificar as principais barreiras estruturais e os desafios relacionados à acessibilidade, qualidade do atendimento e integração entre os diferentes níveis de serviços de saúde. A ferramenta de pesquisa foi composta por entrevistas presenciais e/ou por meio de plataformas digitais, dependendo da disponibilidade e preferências dos profissionais entrevistados. As entrevistas foram realizadas de forma individual, com duração de 30 a 45 minutos, e foram gravadas com o consentimento dos participantes para posterior transcrição e análise. Para a análise dos dados qualitativos, foi utilizada a análise de conteúdo.

### **III. Resultados E Discussões**

Os resultados da pesquisa revelaram uma série de insights importantes sobre a implementação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM) nos serviços de saúde, refletindo tanto os avanços quanto os desafios enfrentados pelos profissionais da saúde. De forma geral, os 18 participantes da pesquisa apresentaram uma diversidade de experiências e percepções, que permitiram uma compreensão ampla da efetividade da PNAISM no Brasil.

A maioria dos respondentes, como E02 e E03, destacou que a PNAISM trouxe avanços significativos no reconhecimento da necessidade de um cuidado integral e específico para as mulheres. De acordo com E02: “A PNAISM trouxe a noção de que as mulheres não podem ser tratadas como um grupo homogêneo. Cada mulher tem suas especificidades e isso precisa ser levado em conta no atendimento”. Este sentimento foi compartilhado por outros participantes, como E04 e E07, que relataram que, antes da implementação da política, havia uma tendência a tratar a saúde da mulher de forma genérica, sem considerar as múltiplas dimensões que envolvem o cuidado à saúde feminina.

No entanto, apesar de os avanços terem sido amplamente reconhecidos, os desafios para a implementação efetiva da PNAISM também foram evidentes nas entrevistas. De acordo com E06, “Embora a política tenha sido um marco, o acesso às ações de saúde da mulher ainda esbarra em questões estruturais, como a falta de recursos e a desigualdade no acesso aos serviços, principalmente nas regiões periféricas”. Este ponto foi ressaltado por outros entrevistados, como E01 e E09, que mencionaram as dificuldades enfrentadas nas áreas rurais e em comunidades com baixo índice de desenvolvimento humano, onde o atendimento especializado ainda é escasso.

Além disso, muitos profissionais, como E08 e E10, relataram que, embora a PNAISM proponha a atenção integral, ainda há uma fragmentação nos serviços de saúde. Segundo E08: “A ideia da saúde integral é muito boa, mas, na prática, o sistema de saúde ainda é fragmentado. Em muitos lugares, não há comunicação eficiente entre as unidades de saúde e os outros serviços que a mulher precisa, como os de saúde mental e violência”. Essa fragmentação foi identificada como um dos maiores obstáculos para garantir que as mulheres recebam o cuidado contínuo e de qualidade que a política propõe.

Outro tema recorrente nas entrevistas foi a capacitação dos profissionais de saúde. Vários participantes, como E02 e E05, mencionaram que, embora haja avanços no treinamento e na educação continuada, ainda há uma lacuna na formação de muitos profissionais sobre as especificidades do atendimento à saúde da mulher. Segundo E02: “É necessário que os profissionais entendam a saúde da mulher de uma perspectiva mais ampla, que envolva aspectos emocionais, psicológicos e sociais, e não apenas o aspecto biológico”. E05 complementou, dizendo que, “Embora a capacitação tenha melhorado, percebo que ainda existem muitos profissionais que não estão preparados para lidar com as diversas questões que envolvem a saúde da mulher, como a violência doméstica e os transtornos mentais”.

A questão da violência de gênero também foi um tema amplamente discutido pelos profissionais entrevistados. De acordo com E03: “A violência contra a mulher é uma questão central na saúde feminina, e a PNAISM, ao incorporar isso, foi um passo importante. No entanto, a prática ainda deixa a desejar. Muitas vezes, a mulher que chega aos serviços de saúde vítima de violência não encontra um atendimento sensível e adequado.” Esse relato foi corroborado por outros profissionais, como E06 e E07, que afirmaram que, embora a política tenha criado protocolos para o atendimento das vítimas de violência, muitos profissionais ainda têm dificuldades em identificar e acolher essas mulheres de forma adequada.

A integração entre as diferentes esferas de governo e os serviços de saúde foi outro ponto destacado pelos respondentes. De acordo com E10: “A PNAISM tem uma proposta que depende de uma articulação eficiente entre os serviços de saúde e outras políticas públicas. Porém, muitas vezes, as gestões municipais e estaduais não têm recursos ou interesse para implementar as ações da forma que deveriam.” E09 concordou com

essa avaliação, afirmando que, em sua experiência, “a falta de uma coordenação efetiva entre os níveis de governo impede que a política alcance seu potencial máximo”. Essa falta de articulação foi apontada como uma das razões para a ineficácia de algumas ações propostas pela PNAISM.

O acesso ao cuidado durante a gestação e o pós-parto foi outro aspecto abordado nas entrevistas. Segundo E04: “Nosso foco tem sido garantir um atendimento digno durante o parto e o pós-parto, mas muitas mulheres ainda enfrentam dificuldades, como a falta de leitos e profissionais especializados em algumas regiões.” E07 complementou, dizendo que, embora a PNAISM tenha facilitado o acesso ao parto humanizado e à atenção pós-parto, as condições de infraestrutura nas unidades de saúde ainda são um desafio importante. “Falta investimento em muitas unidades de saúde para garantir um atendimento adequado às mulheres no período pós-parto”, afirmou E07.

A questão do acesso a métodos contraceptivos também foi discutida pelos respondentes. Para E05, “A PNAISM trouxe avanços no acesso a métodos contraceptivos, mas a implementação ainda é desigual. Em algumas regiões, a mulher ainda tem dificuldades em encontrar o método contraceptivo adequado às suas necessidades”. E06 trouxe uma perspectiva semelhante, destacando que, apesar da ampliação do acesso, a falta de informações adequadas sobre os métodos e a resistência cultural de algumas mulheres a determinados métodos continuam a ser desafios para a política.

A questão da saúde mental das mulheres foi outra área que gerou reflexões significativas. Muitos profissionais, como E01 e E08, relataram que a saúde mental das mulheres não é tratada com a mesma prioridade que a saúde física. E01 afirmou: “A saúde mental das mulheres precisa ser mais valorizada, especialmente no contexto pós-parto e nas mulheres que sofrem com violência. A PNAISM precisa garantir um olhar mais sensível para isso”. E08 também ressaltou que “a violência doméstica, por exemplo, tem um impacto profundo na saúde mental, e muitas vezes as mulheres não encontram apoio adequado”.

A diversidade cultural e as desigualdades regionais também foram apontadas como fatores que influenciam a implementação da PNAISM. De acordo com E09: “A PNAISM tenta atender a todas as mulheres, mas sabemos que, no Brasil, as desigualdades regionais e culturais impactam diretamente no acesso e na qualidade dos serviços de saúde.” E03 fez uma observação semelhante, destacando que “as mulheres que vivem em áreas rurais ou periféricas têm dificuldades adicionais em acessar os serviços de saúde de qualidade, mesmo com a PNAISM.”

A PNAISM também foi avaliada sob a ótica do empoderamento feminino. E04 afirmou: “Um dos avanços que a PNAISM trouxe foi permitir que as mulheres se sentissem mais seguras para expressar suas necessidades e preocupações em relação à sua saúde. Isso é um grande avanço, mas ainda há muito a ser feito.” E05 complementou, dizendo que, apesar do empoderamento ser um objetivo central da política, “muitas mulheres ainda não têm autonomia para fazer escolhas sobre sua saúde, principalmente quando se trata de questões como o controle da fertilidade e a escolha de métodos contraceptivos”.

Por fim, a pesquisa revelou que a PNAISM tem grande potencial para transformar o cuidado à saúde da mulher no Brasil, mas que a sua implementação plena ainda enfrenta obstáculos consideráveis. A principal conclusão dos respondentes é que, embora existam avanços, a política precisa ser melhor estruturada e mais bem aplicada, com mais recursos, mais capacitação para os profissionais e maior integração entre os serviços de saúde e as políticas públicas de gênero. Como E07 concluiu: “A PNAISM é um passo importante, mas só será eficaz quando conseguirmos superar as barreiras estruturais e culturais que ainda impedem a plena implementação de seus objetivos”.

#### **IV. Conclusão**

A pesquisa realizada sobre a implementação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM) proporcionou uma análise aprofundada das percepções e experiências dos profissionais de saúde envolvidos diretamente no cuidado à saúde das mulheres. A partir das entrevistas com 18 profissionais, foi possível identificar tanto os avanços promovidos pela política quanto os principais desafios que ainda precisam ser enfrentados para garantir a efetivação de um atendimento integral e de qualidade às mulheres em todas as suas fases de vida. Os avanços mais notáveis, como relatado pelos entrevistados, incluem a maior sensibilidade e adequação do atendimento às necessidades específicas da saúde da mulher, com destaque para a promoção da saúde, a atenção ao parto humanizado, o aumento do acesso a métodos contraceptivos e a incorporação da violência de gênero como uma questão de saúde pública.

No entanto, a pesquisa também revelou que a implementação da PNAISM enfrenta obstáculos significativos. A falta de recursos financeiros, a desigualdade no acesso aos serviços de saúde, especialmente nas regiões mais periféricas e rurais, e a fragmentação do sistema de saúde foram apontados como os maiores desafios para a concretização dos objetivos da política. Além disso, a capacitação profissional, embora tenha avançado nos últimos anos, ainda apresenta lacunas importantes. Muitos profissionais indicaram que a formação sobre as especificidades do atendimento à saúde da mulher, especialmente em áreas como saúde mental,

violência de gênero e cuidados pós-parto, não é suficiente para garantir que todos os profissionais possam prestar um atendimento de qualidade e sensível às necessidades das mulheres.

A falta de uma abordagem interdisciplinar e a resistência de alguns profissionais em adotar uma perspectiva mais holística no cuidado à saúde da mulher também foram pontos críticos mencionados. Outro aspecto relevante identificado pela pesquisa foi a necessidade de uma maior articulação entre os diferentes níveis de governo e entre os serviços de saúde. A ausência de uma coordenação eficaz entre os serviços municipais, estaduais e federais tem sido um obstáculo para garantir a continuidade e a integralidade do cuidado. A pesquisa também apontou a importância de se investir mais na integração entre a saúde física, mental e social, garantindo que as mulheres recebam um atendimento que considere todas as dimensões de sua saúde e bem-estar. A violência de gênero, um dos temas centrais da PNAISM, também foi amplamente discutida pelos participantes.

Apesar de a política ter integrado o enfrentamento da violência como parte da atenção à saúde da mulher, a pesquisa revelou que, na prática, muitos profissionais ainda não estão devidamente preparados para identificar e tratar adequadamente as vítimas de violência, além de que a rede de apoio interinstitucional ainda é insuficiente em muitas regiões. Em relação à questão do empoderamento feminino, a pesquisa concluiu que, embora a PNAISM tenha trazido importantes avanços ao reconhecer as mulheres como protagonistas de sua saúde, há um longo caminho a ser percorrido.

A autonomia das mulheres, especialmente no que diz respeito à escolha de métodos contraceptivos e ao cuidado com sua saúde sexual e reprodutiva, ainda enfrenta barreiras culturais e estruturais. Muitos profissionais relataram que as mulheres, especialmente aquelas em contextos de vulnerabilidade, ainda têm dificuldades para exercer plenamente seu direito à saúde e a fazer escolhas informadas sobre seu corpo e sua saúde. Diante dos resultados obtidos, a pesquisa sugere que, para que a PNAISM alcance seu pleno potencial, é necessário um esforço contínuo para superar os desafios estruturais, como a falta de recursos e a desigualdade no acesso aos serviços. Além disso, a capacitação dos profissionais de saúde precisa ser aprimorada, com um foco especial nas questões de gênero, saúde mental e enfrentamento da violência.

A implementação de estratégias mais eficazes de articulação entre os diferentes níveis de governo e a promoção de um atendimento mais humanizado e integral são medidas fundamentais para garantir que a saúde da mulher seja tratada de forma verdadeiramente integral.

Finalmente, a pesquisa ressaltou a importância de se continuar a trabalhar no fortalecimento da PNAISM, não apenas a partir da perspectiva da assistência médica, mas também considerando os fatores sociais, culturais e econômicos que impactam a saúde das mulheres. Apenas com uma abordagem verdadeiramente intersetorial, que envolva educação, assistência social, segurança pública e outras políticas públicas, será possível garantir que a saúde da mulher seja tratada com a devida prioridade e em sua totalidade, conforme preconiza a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher.

### **Referências**

- [1]. Araújo, D. S. Et Al. Attention To Women's Health In Prenatal And Puerperium In Times Of Covid-19: A Descriptive Review. *Research, Society And Development*, [S. L.], V. 9, N. 9, P. E944997644, 2020.
- [2]. Ferreira, V. C. Et Al. Saúde Da Mulher, Gênero, Políticas Públicas E Educação Médica: Agravos No Contexto De Pandemia. *Revista Brasileira De Educação Médica*, 2020.
- [3]. Guarnaschelli, M. E. F. S. Saúde Da Mulher Em Um Contexto Pandêmico Dentro Do Covid-19: Revisão Integrativa. *Ciências Da Saúde*, V. 8, 2023.
- [4]. Jorge, H. M. F. Et Al. Assistência Pré-Natal E Políticas Públicas De Saúde Da Mulher: Revisão Integrativa. *Revista Brasileira Em Promoção Da Saúde*, V. 28, N. 1, P. 140–14, 2015.
- [5]. Reigada, C. L. L.; Smiderle, C. A. S. L. Atenção À Saúde Da Mulher Durante A Pandemia Covid-19: Orientações Para O Trabalho Na Aps. *Rev Bras Med Fam Comunidade*, [Internet], 2021.
- [6]. Santos, C. S.; Corrêa, G. S. Dificuldade No Acesso E Uso Das Redes De Apoio E Atendimento À Mulher Durante A Pandemia Da Covid-19. *Revista Docência E Ciberultura*, V. 6, N. 2, 2022.
- [7]. Vasconcelos, M. F.; Felix, J.; Gatto, G. M. S. Saúde Da Mulher: O Que É Poderia Ser Diferente?. *Psicologia Política*, V. 17, N. 39. Pp. 327-339, 2017.